



A (IN)VISIBILIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A VISÃO DE PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Ferreira Soares dos Santos¹

Resumo: Este artigo é fruto da dissertação vinculada ao Observatório da Educação, Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social no ensino fundamental do 6º ao 9º ano em escolas públicas estaduais de Campo Grande - MS, financiado pela CAPES/INEP. A pesquisa foi realizada com professores dos anos finais da educação básica de uma escola com alto IDEB. Têm como objetivo trazer uma discussão sobre formação continuada, demonstrando a visão dos professores em relação a (in) visibilidade para as relações étnico-raciais, considerando a implementação da Lei 10.639/2003. Concluímos que a formação continuada deveria garantir aos professores conhecimentos para as relações étnico-raciais para poderem contribuir para a desconstrução do mito da democracia racial, das relações racistas e discriminatórias que existem no espaço escolar.

Palavras-chaves: formação continuada; (in) visibilidade; relações étnico-raciais.

THE (IN) VISIBILITY OF ETHNIC AND RACIAL RELATIONSHIPS ON THEACHERS' CONTINUING EDUCATION: ELEMENTARY EDUCATION FINAL YEARS THEACHERS' VIEW

Abstract: The present article is a result of a master's thesis linked to the "Observatório da Educação" (Observatory on Education), Ethnic and racial relationship, gender and social inequality from the 6th to the 9th years in elementary education in state public schools in Campo Grande-MS, financed by CAPES/INEP. Teachers that work in the final years of the elementary education in a school with a high Basic Education Development Index (IDEB) participated in the survey. The main goal is to rise a discussion on teachers' continuing education, showing, the teachers view on the (in) visibility to the ethnic and racial relationships, considering the implementation of the law 10.639/2003. We conclude that the teachers' continuing education should assure a background to the ethnic and racial relationships, so they could help the deconstruction of the racial democracy myth, the racist and discriminatory relationships that take place in the school space.

Ke-ywords: continuing education, (in) visibility; ethnic and racial relationships.

L'(IN)VISIBILITÉ DE FORMATION CONTINUE POUR LES RELATIONS ETHNO- RACIALES: LA VISION DES ENSEIGNANTS DES ANNÉES FINALES DE L'ÉCOLE ÉLÉMENTAIRE

Résumé: Cet article est le résultat du mémoire de master lié à l'Observatoire de l'éducation, des relations ethno-raciales, du genre et de l'inégalité sociale dans l'enseignement primaire de la 6ème à la 9ème année dans les écoles publiques de Campo Grande-MS, soutenu par CAPES INEP. La recherche a été réalisée avec des enseignants des dernières années de l'éducation de base dans une école qui présente un haut IDEB. Ils visent à apporter une discussion sur la

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Católica Dom Bosco.

formation continue, ce qui démontre la vision des enseignants par rapport à l'(in)visibilité des relations ethno-raciales, compte tenu de la mise en œuvre de la loi 10.639/2003. Nous concluons que la formation continue devrait garantir des connaissances aux enseignants en ce qui concerne les relations ethno-raciales afin de contribuer à la déconstruction du mythe de la démocratie raciale, des relations racistes et des discriminations qui existent au sein de l'école.

Mots-clés: formation continue; (in)visibilité; relations ethno-raciales.

LA (IN)VISIBILIDAD DE LA FORMACIÓN CONTINUA PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: LA VISIÓN DE PROFESORES DE LOS AÑOS FINALES DE LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

Resumen: Este artículo es fruto de la tesina vinculada al Observatorio de la Educación, Relaciones étnico-raciales, género y desigualdad social en la enseñanza fundamental de 6° a 9° año en escuelas públicas estaduais de Campo Grande - MS, financiado por la CAPES/INEP. La investigación fue realizada con profesores de los años finales de la educación básica de una escuela con alto IDEB. Tiene como objetivo discutir la formación continua, demostrando la visión de los profesores con relación a la (in)visibilidad de las relaciones étnico-raciales, considerando la implementación de la Ley 10.639/2003. Concluimos que la formación continua debería garantizarles a los profesores conocimientos para las relaciones étnico-raciales para poder contribuir para la desconstrucción del mito de la democracia racial, de las relaciones racistas y discriminatorias que existen en el espacio escolar.

Palabras-clave: formación continua; (in)visibilidad; relaciones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo resultados da dissertação concluída: "A Lei N° 10.639/2003 e a formação continuada para a discussão das relações étnico-raciais do 6° ao 9° ano em uma escola pública estadual de Campo Grande - MS com alto IDEB". Foi realizada junto a professores dos anos finais do ensino fundamental de uma escola com alto IDEB em 2011, 2013 e 2015, no contexto do Observatório da Educação, financiado pela CAPES/INEP. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, seguindo a pesquisa qualitativa em educação.

Este artigo é uma versão ampliada do texto apresentado no evento VII encontro de políticas e práticas de formação de professores e III seminário da associação nacional de política e administração da educação de Mato Grosso do Sul. O objetivo deste trabalho é trazer uma discussão sobre a formação continuada, demonstrando a visão dos professores em relação a (in) visibilidade para as relações étnico-raciais, considerando a implementação da Lei 10.639/2003.

No sentido de atender o objeto proposto para este artigo, iniciamos com reflexões sobre a formação continuada de professores para o diálogo com as diferenças. Dando continuidade, enfatizamos conforme algumas falas dos professores entrevistados, a (in)visibilidade da formação para as relações étnico-raciais. É importante frisar, que neste momento, não tivemos como foco a política de formação para as relações étnico-raciais, mas perguntamos se os professores têm algum tipo de formação sobre elas. Assim, alguns evidenciaram que há formação para a discussão das relações étnico-raciais, e outros, mesmo fazendo parte do mesmo contexto, revelam a invisibilidade desta formação.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O DIÁLOGO COM AS DIFERENÇAS

A formação continuada de professores é um meio importante para que possam refletir coletivamente sobre assuntos pertinentes ao exercício da prática docente. Desse modo, com base nas novas DCNs², Dourado (2015) corrobora sobre a importância da formação continuada, quando diz que

A formação continuada deve se dar pela oferta de atividades formativas diversas incluindo atividades e cursos de atualização e extensão, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização, cursos de mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades (Dourado, 2015, p. 313).

Pode-se notar que a formação continuada não se restringe a um espaço específico, podendo acontecer em diversos ambientes e modalidades. Caracteriza-se pela continuidade de ações pertinentes à própria formação docente, a partir das experiências vivenciadas em um contexto plural, repleto de diversos olhares e identidades. Os espaços educacionais podem ser considerados um espaço constante de formação, em que os professores refletem sobre sua prática docente.

² Resolução Nº 2, de julho de 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.



A formação continuada não deve ser um processo homogêneo, monocultural, essencializado, embora em alguns espaços educacionais ela ainda se caracterize dessa forma. Porém, é importante salientar que “hoje esta consciência do caráter monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a da necessidade de romper com ela e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se faça cada vez mais presente” (Candau, 2006, p. 40).

Para desconstruir o caráter homogêneo e monocultural presente na escola, a formação continuada é um elemento importante. Ela deve ser vista como um processo inacabado, complexo, permanente, que esteja em constante transformação, tendo em vista a reflexão em torno da prática docente que possa permitir uma preparação que intervenha nas ações cotidianas, trazendo para a discussão a presença das diferenças existentes no contexto educacional. Desta forma, com base em Candau (2006), salientamos que a formação continuada precisa ser ressignificada, visando contemplar o diálogo com as diferenças presentes na sociedade.

Em se tratando de desconstrução e ressignificação de práticas educacionais, Candau (2006) nos traz alguns elementos que contribuem para o diálogo entre as diferentes culturas presentes na escola. O diálogo é de suma importância na formação continuada, tanto em seu processo inicial quanto no processo contínuo. Ela aponta que necessitamos *reconhecer nossas identidades culturais*, sendo um fator potente para termos consciência dos nossos enraizamentos e da construção da nossa própria identidade. Após reconhecer nossa própria identidade e compreender de que forma ela foi produzida, devemos refletir sobre *as representações dos “outros”*. O terceiro elemento é *conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural*, isto é, onde, por meio do diálogo, as diferenças se relacionem sem que haja processos de inferiorização e subalternização.

A ruptura com as práticas homogeneizadas deve ser objetivo central na formação continuada de professores para o diálogo com as diferenças. Backes e Pavan (2008), quando discutem a desconstrução das narrativas curriculares excludentes como um desafio para a formação de professores, trazem algumas proposições que explicitam como deve ser a formação inicial e continuada para o diálogo com as diferenças:



Primeira: Para evitar incoerências teóricas e práticas pedagógicas discriminatórias é urgente que haja uma preocupação efetiva na formação de professores e professoras em compreender a diferença (que tem a ver com a cultura enquanto atribuição de sentido) e desigualdade (que tem a ver com a injustiça, exploração, distribuição desigual dos bens materiais) [...]

Segunda: As possibilidades de os professores realizarem um trabalho pedagógico não excludente aumentam significativamente quando estes consideram as inúmeras diferenças culturais [...] como legítimas e se reconhecerem o caráter indigno das desigualdades [...]

Terceira: A inclusão de algumas disciplinas sobre multiculturalismo nos cursos de formação de professores e professoras não é garantia de uma futura prática multicultural. Apesar da importância destas disciplinas é fundamental que a reflexão sobre as diferenças culturais seja uma opção política dos cursos de formação, ou seja, que faça parte de todo o currículo dos cursos de formação, bem como da postura cotidiana dos formadores de professores e professoras [...]

Quarta: A compreensão da heterogeneidade humana é decisiva para a realização de uma prática pedagógica humanizadora e transformadora. Cabe aos cursos de formação contribuir para esta compreensão [...]

Quinta: A indignação contra toda e qualquer injustiça seja ela causada por processos de discriminação cultural ou pela desigual distribuição de riqueza produzida socialmente faz parte do compromisso ético do professor e da professora [...]

Sexta: A formação de professores e professoras quando contribui para o entendimento de toda e qualquer diferença cultural e exclusão social é o resultado das relações sociais de poder e jamais fruto do indivíduo, da natureza humana, da fatalidade (seja genética ou cultural), do destino ou do sobrenatural, está contribuindo para fazer da educação um espaço de transformação social [...]

Sétima (conclusão): As proposições anteriores tornam-se possíveis se a formação estiver alicerçada na reflexão crítica/pós-crítica, o que inclui a dimensão política e ética no próprio processo de construção do conhecimento (Backes; Pavan, 2008, p. 227-229).

Não podemos descuidar da formação de professores, e temos que desenvolvê-la com a riqueza que os referenciais teóricos nos oportunizam, para que as ações pedagógicas se encaminhem no sentido de desconstruir as práticas racistas e discriminatórias.

A escola não pode continuar reproduzindo práticas racistas e discriminatórias. Existe um compromisso ético por sermos professores e professoras. Nesse sentido, a formação continuada deve oportunizar momentos de reflexão para se descobrir como os professores constroem seus valores e como estes os caracterizam.

Assim, pensar uma formação docente que considere a diversidade humana implica considerarmos os valores, as normas, os discursos, os princípios que os sujeitos interiorizaram ao longo de suas trajetórias de vida e, ainda, a forma

como os exteriorizam, transformando-os em atos diante da realidade objetiva (Diniz, 2011, p. 47).

Portanto, a formação não pode ser encarada como um acúmulo de certificados. Ela necessita lidar com as demandas da prática profissional de cada professor, rompendo com atitudes sociais naturalizadas que tendem a manter os processos racistas e discriminatórios que as pesquisas apontam (Gomes, 2010, 2011, 2014; Candau, 2006, 2011, 2012a, 2012b).

A (IN)VISIBILIDADE DA FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Após analisar as falas dos professores entrevistados, podemos afirmar que a formação continuada de professores necessita de mais momentos reflexivos, no sentido de pensar sobre a quase ausência da discussão que visibilize as múltiplas identidades presentes nas escolas e tão ausentes nas práticas pedagógicas.

Ao perguntar para os professores se nos momentos formativos há um diálogo sobre a temática das relações étnico-raciais, alguns deixam evidente sua ausência:

Que me lembre não. Pode até ter tido algum momento... agora que a gente parou para falar, não. A gente fala com o aluno, discute com o aluno em sala de aula nos momentos dentro da minha disciplina, nos momentos em que cabe (Professora Márcia).

Como frisa a professora, pode até ter havido momentos nos quais se dialogou sobre estas questões, porém é difícil haver uma formação continuada que contemple este debate. Nas práticas em sala de aula os professores lidam diretamente com a diversidade de culturas que perpassa estes espaços, e, mesmo nos momentos em que cabe, como diz a professora Márcia, eles precisam estar devidamente preparados para saber lidar com as atitudes discriminatórias presentes nas relações que ocorrem nesse contexto.

A professora Clara afirma:

Não lembro se já discuti isto, não, acho que a gente não discute isso, não (Professora Clara).

Debater sobre as relações étnico-raciais nas atividades de formação continuada é um desafio a ser assumido pelos professores. A forma em que esta discussão é incluída, quando é incluída, acaba fazendo com que alguns professores em formação não se lembrem dela posteriormente.

Eu acho... eu não lembro agora exatamente pra te falar, vou ser sincera. Eu lembro que a gente já teve, não amplo, mas já teve alguns pequenos momentozinhos assim... já se falou sobre isso daí, sim (Professora Fátima).

As professoras frisam que, apesar de não ter ficado marcado em sua memória, este debate sobre as relações étnico-raciais não aconteceu corriqueiramente. Porém, outros professores como a professora Josefa, o professor Carlos e o professor Lucas, atuantes na mesma escola, apontam para outra direção nas suas respostas:

Constantemente a gente discute, às vezes até mesmo nem sendo formação, em reuniões a gente discute sobre isto daí... (Professora Josefa).

Já discuti. Até relacionado ao bullying, a etnia de cada um deles, a cor também no caso deles, trabalham um pouco do bullying também na formação continuada (Professor Carlos).

Sim, a formação continuada frequentemente comenta a respeito de problemas que envolvam preconceitos, problemas que envolvam as diferenças. A secretaria sempre procura nos passar situações que envolvam esta discriminação, e a gente dentro de sala de aula sempre toca no assunto. Particularmente eu procuro iniciar o ano sugerindo aos alunos, conversando com eles a respeito do respeito entre os colegas independente de cor, qualquer tipo de crença, de raça, a gente sempre procura estabelecer desde cedo alguns critérios de respeito (Professor Lucas).

A professora Josefa ressalta que esta discussão acontece não só nos espaços formativos, mas também nas reuniões. Porém, em outros momentos da entrevista salienta que atitudes de preconceito ocorrem todos os dias na escola, mas considera que é natural nas brincadeiras entre os alunos.

A formação continuada na carreira de professores é um meio interessante para que, em suas práticas pedagógicas, através da inclusão do debate sobre a história da



África e dos afro-brasileiros, possam compartilhar o respeito e a valorização dos povos pertencentes à identidade negra presentes nos espaços educacionais, adotando novos olhares, e possivelmente trilhando novos caminhos para a diversidade de culturas existentes no ambiente educacional, que na maioria das vezes são silenciadas e camufladas pelos docentes. Neste caminhar, Canen e Xavier contribuem salientando que,

Dentro dessa abordagem, a formação continuada de professores possui um papel relevante, uma vez que preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania (Canen e Xavier, 2011, p. 642).

Portanto, uma formação continuada que prepare os professores para refletirem e discutirem modos de desenvolver espaços que envolvam a diversidade, apresenta possibilidades de preparar melhor estes professores, de modo que possam trilhar novos caminhos com ações enriquecedoras que tendem a provocar mudanças na escola, que possam realmente permitir uma transformação da educação no tocante às diversas identidades que perpassam os espaços educacionais.

Ao serem perguntados se acreditam ser necessário que uma parte da formação continuada seja dedicada à discussão das relações étnico-raciais, os professores entrevistados revelam a visão que têm da importância da formação continuada, dialogando com as questões das relações étnico-raciais, bem como a importância ou não de contemplar esta discussão nos espaços formativos.

É interessante que a gente discuta sempre, a gente precisa estar atento... faz parte, se a gente não falar de certas coisas na escola, você vai acabar talvez promovendo um preconceito, talvez deixando que a falta de consciência prevaleça, é isso, acho que a escola está aberta, não só... falar de tudo, droga, por exemplo, sexualidade... se não falar na escola, vai falar na rua, talvez em casa não se fala tanto. Então eu acho que o professor tem que estar preparado, estar aberto para discutir (Professor Lucas).

Sim. Porque a gente vive isto muito na sala de aula. Hoje mesmo tive um caso assim... muitos alunos trazem preconceito de casa e chegam aqui, não têm relação de respeito com o colega. É muito bom pra gente saber se colocar nestes



momentos de conflitos entre eles, saber amenizar, saber trazer o respeito, viver e respeitar o próximo com as diferenças (Professora Dete).

Acho fundamental porque no mundo de hoje as pessoas ainda são muito preconceituosas em relação a alguma coisa e a gente tem que ter conhecimento de uma forma geral pra... da estrutura política, da estrutura social a partir da história, da geografia pra compreender a importância destes diferentes grupos étnicos na construção de nosso País. Acho isso fundamental (Professora Angela).

Sim, é importante, porque envolve o contexto, tudo no dia a dia, a mistura da escola, a diversidade é grande... então, acho que tem que discutir o assunto (Professora Izabel).

Como dizem os professores entrevistados, essa é uma discussão que é viável sempre, pois cotidianamente está presente na escola e os professores precisam saber lidar com ela. Ainda há muito preconceito. Por fim, a professora Izabel reconhece que na escola a diversidade é grande. Coelho e Coelho (2013) salientam que esta é uma discussão que precisa ser revista, que não deve ficar só no currículo, que realmente possa entender a sua qualidade, e que, apesar da espontaneidade de muitos professores, a formação continuada é imprescindível para que estejam preparados teórica e metodologicamente.

Nas falas de alguns professores percebe-se que eles se sentem preparados, como é o caso do professor Paulo, que afirma já ter recebido formação.

[...] até porque tem uma lei que na disciplina de história deve-se trabalhar a participação dos povos africanos, a cultura negra. Os livros de história, apesar de contemplar bem pouco, a gente já alguns anos vem trabalhando isto, inclusive há tempos atrás houve uma formação sobre questões de gênero e étnico-raciais (Professor Paulo).

O professor frisa em sua fala a força da intervenção da Lei nº 10.639/03. Porém cita que é na disciplina de História que se deve abordar a participação dos povos africanos, conforme a lei. É importante salientar que a lei orienta que esse assunto deve ser trabalhado em todas as disciplinas, em especial História e Artes. Como afirmam Santana, Luz e Silva (2013, p. 106), “o processo de implementação da Lei 10.639/2003 mobiliza os saberes e modos de ser que podem contribuir, aprofundar e ressignificar os fazeres cotidianos escolares”, não apenas em uma disciplina.

Esta visão de que é somente na disciplina de História que se deve dialogar sobre a história da África e dos afro-brasileiros acaba engessando esta discussão na ideia de muitos educadores, impedindo e reduzindo tais conteúdos e atribuindo a responsabilidade ao professor de História. Esta é uma responsabilidade de todos nós educadores: compartilhar e mediar a discussão desta temática, independentemente de qual disciplina estejamos lecionando, pois, assim, caminharemos juntos no processo de desconstrução de práticas racistas, estereotipadas, essencialistas, camufladas, relacionadas ao negro.

Porém, este caminho já está sendo trilhado por alguns educadores que tiveram a oportunidade de refletir e ressignificar a sua concepção das diversas identidades que são construídas no universo educacional e que perpassam o tempo todo. Mesmo não sendo em decorrência do conhecimento desejado, no que diz respeito à Lei nº 10.639/03, este movimento reluz a importância das atividades está sendo posta em referência às relações étnico-raciais no contexto formativo.

Na entrevista com o professor Joaquim, fica evidente o quanto ele se emociona ao falar sobre as relações étnico-raciais.

Eu acho isto de suma importância, a escola tem uma paralisação e nós vamos trabalhar em cima desta questão. Acho muito importante trabalhar isto, eu gosto de trabalhar com os alunos estes problemas do cotidiano, antigamente a gente via que isto era de longe, hoje não, já faz parte da realidade de muitos alunos. Eu trago esta questão em sala de aula e a gente trabalha com eles em sala de aula (Professor Joaquim).

O professor diz que gosta de trabalhar estas questões em sala de aula, considerando que hoje elas são um problema do cotidiano, fazendo parte da realidade dos alunos. Emocionado, ele coloca a mão em seu coração e diz: “A África está em meu coração”.

Já a professora Rafaela diz que valoriza e considera importantes as relações étnico-raciais, mas deixa claro que esta temática depende da realidade de cada escola.

Eu acredito que é um tema que vai depender de cada escola, porque, por exemplo, a comunidade aqui não vejo que tem tanto preconceito, tanto racismo aqui, mas eu vejo que em outros lugares tem, então vai depender da realidade de cada lugar (Professora Rafaela).

Este é o olhar da professora Rafaela em relação ao preconceito existente na escola. Já outros professores entrevistados, que trabalham neste mesmo contexto, afirmam que práticas de discriminação acontecem quase sempre, na qual indica a necessidade de formação para lidar com tais fatos.

Alguns pesquisadores que discutem sobre as questões étnico-raciais, como, por exemplo, Coelho e Coelho (2013), frisam que, independentemente da escola, é importante incluir nas ações pedagógicas os conhecimentos históricos e culturais africanos, e não exclusivamente um trabalho em referência ao racismo.

Alguns professores veem a importância desse trabalho acontecer nos espaços formativos. Para eles, a formação poderá ajudar nas intervenções em atividades pedagógicas no que se refere à Lei nº 10.639/03, e nos momentos de conflitos entre alunos no que diz respeito às atitudes preconceituosas, aumentando, assim, o seu repertório para a discussão das relações étnico-raciais.

Outros professores entrevistados, embora convivam no mesmo espaço e com os mesmos alunos dos professores citados anteriormente, acabam não identificando preconceitos no contexto educacional.

Certamente uma formação continuada com o intuito de valorizar a reflexão com a presença destes dois grupos de professores com posturas antagônicas (os que identificam atitudes corriqueiras de preconceito e os que não as identificam) seria um ambiente propício para problematizar a política de educação frente à diversidade neste ambiente escolar.

[...] um dos grandes desafios da escola consiste em proporcionar uma educação que respeite as diferenças existentes entre os sujeitos, valorizando-os em toda a sua diversidade. Para isso, faz-se necessário garantir a formação continuada de professores cujas práticas docentes conduzam o educando à autonomia intelectual, ajudando-o a alçar vôos, levantar hipóteses, argumentar, discutir os erros, projetar, planejar [...] (Santos e Machado, 2008, p. 107).

Estes desafios que a escola está convidada a enfrentar fazem parte de toda educação, para que esta possa ser realmente ressignificada. Salientamos mais uma vez que a formação continuada que contemple esta discussão poderá ajudar neste processo de ressignificação, levando o professor mediador das práticas educacionais a aumentar o



seu repertório de atividades e incluir este debate a respeito de conhecimentos e contribuições da história do negro em nossa sociedade. A formação continuada faz parte da vida de um professor; ela é contínua e, por isto, não pode ser engessada. Quando ela começa a incluir em suas temáticas de estudos as relações étnico-raciais, o professor poderá passar a identificar práticas discriminatórias corriqueiras em seu cotidiano. E não só identificar, mas também buscar formas de incluir em suas práticas pedagógicas atividades que desconstruam o mito da democracia racial. Conforme Santos e Coelho (2012, p. 49), “desconstruir essa ideologia, mascarada no mito da democracia racial, poderá contribuir para a superação de práticas segregacionistas, racistas, e construir uma nova realidade acerca da História e Cultura Afro-brasileira [...]”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa demonstra que a formação referente as relações étnico-raciais ainda é incipiente, pois a escola está mais preocupada em oferecer uma formação que aumente o IDEB. A formação continuada deveria garantir aos professores conhecimentos sobre as relações étnico-raciais para poderem contribuir com a desconstrução do mito da democracia racial, das relações racistas e discriminatórias que existem no espaço escolar.

Assim, podemos seguir o princípio de pensar na construção de caminhos que questionem as práticas presentes no currículo da formação de professores, que na maioria das vezes é visto como um espaço de transmissão de conhecimentos prontos, acabados, acumulados ao longo dos tempos, invisibilizando as relações étnico-raciais.

Espera-se com urgência que a formação continuada possa dar mais visibilidade ao contexto presente nas práticas pedagógicas, considerando os processos socioculturais dos estudantes. Que nesta direção, busquem elementos que realmente subsidiem as ações das formações, fomentando políticas públicas no que tange a formação continuada que contemple a educação para as relações étnico-raciais, assim como a implementação da Lei 19.639/2003.

REFERÊNCIAS

- BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. A desconstrução das narrativas curriculares excludentes: um desafio para a formação de professores. In: RODRIGUES, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização*. Brasília: Editora UCDB, 2008. p. 215-232.
- CANEN, Ana. XAVIER, Giseli Pereli de Moura. *Formação continuada de professores para a diversidade cultural*. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, set./dez. 2011.
- CANDAU, Vera Maria. O/A educador/a como agente cultural In: LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes; ALVES, Maria Palmira Carlos (orgs.). *Cultura e política de currículo*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2006. p. 35-52.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Movimento sociais, processos de inclusão e educação. *Revista Teias*, v. 12, n. 24, p. 279-284, jan./abr. 2011.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a. p. 13-37.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012b.
- COELHO, de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.
- DINIZ, Margareth. Formação docente para a diversidade e a inclusão. *Educação em Foco*, ano 14, n. 18, p. 39-55, dez. 2011.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino. *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-110.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 13-33.
- SANTANA, Moisés de Melo; LUZ, Itacir Marques; SILVA, Auxiliadora Maria Martins. Dilemas e aporias subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 97-110, jan./mar. 2013.

SANTOS, Raquel Amorim; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. História e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: mito ou realidade? *Revista da ABPN*, v. 3, n. 7, p. 29-51, mar./jun. 2012

SANTOS, Sônia Querino dos Santos; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Edu.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008.

Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017

675